

As Epistemologias Positivista e da Complexidade como Paradigmas nos Estudos Organizacionais

Autoria: Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia, Claudio Ramos Conti

Resumo

As teorias de estudos organizacionais explicam o funcionamento das organizações de formas diversas, muitas vezes refletindo a visão dos pesquisadores sobre a natureza das organizações e demais características do posicionamento epistemológico destes pesquisadores. Considerando esta importância da epistemologia para a pesquisa em administração, foi realizado um estudo bibliográfico procurando relacionar as epistemologias positivista e da complexidade, com duas das principais teorias de estudos organizacionais: a Teoria dos Custos das Transações e a Teoria de Imersão de Redes. Segundo a Teoria dos Custos das Transações a estrutura organizacional ideal é a que reduz os custos das transações realizadas pela organização. Estas transações podem ser executadas no mercado, sendo reguladas pelos mecanismos de preço, ou podem ser executadas no interior das organizações, onde os mecanismos de preços são substituídos pela autoridade hierárquica. Por meio de um cálculo racional, utilitarista, de análise de custo/benefício e maximização de lucros, as organizações definem se é melhor executar as transações externamente, por meio do mercado, ou internamente, por meio da hierarquia. Já a Teoria de Imersão de Redes acrescenta uma abordagem sociológica à perspectiva econômica das organizações. A escolha da estrutura organizacional ideal, não se dá unicamente pelos processos formais de redução dos custos da transação, mas sim por processos informais, pela opção em que são mais fortes as relações sociais, que impedem o oportunismo dos agentes envolvidos. O estudo conclui que a epistemologia positivista serve de base para a Teoria dos Custos das Transações pelo seu princípio determinista, sua separação entre os indivíduos e o meio que os cerca, sua racionalidade instrumental e sua unidimensionalidade nas decisões e ações práticas, sempre orientadas unicamente a resultados financeiros. O estudo conclui também que a epistemologia da complexidade serve de base para a Teoria de Imersão de Redes pelo seu princípio humanista que considera incertezas, seu alinhamento entre os indivíduos e o meio que os cerca, sua racionalidade substantiva e sua multidimensionalidade nas decisões e ações práticas, que adicionam aspectos sócio-ambientais à dimensão econômica. Notadamente no que concerne à teoria da complexidade, esta tem intrínseca uma racionalidade substantiva e traz para o contexto dos estudos das organizações elementos como incerteza, acaso e o processo de ordem e desordem, que nos parecem questões pertinentes às organizações contemporâneas.

INTRODUÇÃO

O estudo das organizações é pautado pela construção e análise de diferentes teorias sobre o pensamento administrativo, cada uma delas com elementos que corroboram ou que rompem com a visão anterior (FACHIN E RODRIGUES, 1999). Estas teorias buscam a compreensão do desenho e das mudanças organizacionais (RANSON, HINNING E GREENWOOD, 1980), mas nem sempre são verificadas no cotidiano das organizações. Tal falta de reciprocidade entre a teoria e a prática, evidenciada em aspectos-chave como cultura, gestão e posicionamento, muitas vezes é fruto de diferentes visões, intrínsecas a cada teoria, sobre a realidade do mundo e das organizações.

Tomemos como exemplo duas teorias que constroem o pensamento organizacional, a saber: Teoria dos Custos de Transação (TCT) e a Teoria de Imersão de Redes (TIR). Segundo a TCT, a organização é determinada por decisões racionalmente calculadas para redução dos custos, por indivíduos que não estão sujeitos a influências do contexto social (WILLIAMSON, 1995). Percebe-se uma natureza reificada das organizações, vistas como máquinas, “coisas duras”, regidas por processos formais. Já a TIR, apesar de reconhecer que os indivíduos tomam decisões econômicas, sustentando que estes indivíduos estão imersos em relações sociais, que os influenciam e que escapam aos cálculos (GRANOVETTER, 2009). Percebe-se uma natureza social das organizações e a importância de processos informais nas decisões que a regem.

Essa diferente visão sobre a realidade das organizações reflete diferenças epistemológicas na fundamentação destas teorias. Por exemplo, somente o pesquisador que acredita na separação entre o indivíduo e o meio que o cerca, característica típica da epistemologia positivista (JOHNSON e DUBERLEY, 2000), pode supor que uma organização seja regida por indivíduos que tomam suas decisões alheios ao contexto social da organização, como na TCT. Por outro lado, o pesquisador que acredita na união indissociável entre o todo e as partes que o compõem, típica da epistemologia da complexidade (MORIN, 2007), só poderá crer em uma teoria que explique as organizações da imersão dos indivíduos em relações sociais, como na TIR.

Esse contexto deixa clara, entre outras questões, a importância do entendimento da epistemologia no estudo das organizações. Ao buscar detalhamento sobre uma teoria, e seus desdobramentos na prática, é preciso considerar os elementos epistemológicos presentes em sua conceituação para alcançar melhor compreensão e análise do conteúdo exposto. De fato, Marsden e Tonwley (1999) atestam que, nos estudos organizacionais, a luta mais notável está entre defensores e opositores de uma teoria organizacional positivista.

O presente trabalho tem dois objetivos. Em primeiro lugar, descrever características das epistemologias positivista e da complexidade consideradas mais relevantes para o contexto de estudos organizacionais. Em segundo lugar, investigar os reflexos das diferenças entre estas epistemologias, em duas das principais teorias de estudos organizacionais: Teoria dos Custos de Transação (TCT) e a Teoria de Imersão de Redes (TIR).

Para isto foi realizado um estudo bibliográfico sobre as epistemologias e as teorias de estudos organizacionais. O estudo mescla três tipos de argumentos, sempre que possível: pensamentos dos fundadores destas epistemologias e teorias, para servir de base à investigação; considerações de críticos, para discutir a evolução destas epistemologias e teorias e tratá-las de forma comparativa; e nossas próprias opiniões, para estabelecer as relações entre as teorias e epistemologias.

O artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção são apresentadas a definição de epistemologia e as características do positivismo e da complexidade consideradas mais relevantes para estudos organizacionais. A seguir, na terceira seção, são discutidas as duas teorias de estudos organizacionais que são foco do

estudo, bem como a relação entre estas e as epistemologias positivista e da complexidade. A última seção expõe as conclusões do estudo.

EPISTEMOLOGIA

O ponto de partida: O que é epistemologia?

O conceito de epistemologia não tem um significado rigoroso e único (SERVA, DIAS e ALPERSTEDT, 2010), nem um conteúdo definitivo e aceito por todos (JAPIASSU, 1992), apesar de sua fundamental importância para as pesquisas, à medida que direciona as escolhas metodológicas do pesquisador (GRIX, 2002) e ensino (BUNGE *apud* CUPANI e PIETROCOLA, 2002).

Particularmente no contexto das Ciências Sociais, percebemos que o conceito de epistemologia ainda não é totalmente claro e disseminado entre pesquisadores e estudantes. Como exemplo disso, constatamos, a partir de um levantamento informal realizado em 2010, na cidade do Rio de Janeiro, com mestrandos e doutorandos de administração primeiranistas, que há pouco conhecimento sobre esse tema. Existe, apenas, a ideia superficial de que, de alguma forma, se relaciona à metodologia de investigação. Esses alunos mencionam o positivismo como um paradigma de pesquisa (que é associado, de forma limitada, a uma abordagem funcional e de caráter quantitativo), mas não o relacionam ao conceito de epistemologia. É relevante, portanto, que sejam esclarecidos fundamentos teóricos sobre epistemologia e suas principais características.

Em 1992, Japiassu dizia que a epistemologia era uma disciplina nova e que, por isso, possuía conceitos ainda flexíveis. Tradicionalmente, está dentro da filosofia – sendo chamada de filosofia das ciências ou de teoria do conhecimento. Grayling (1996) corrobora com essas definições, explicando que ela busca responder, principalmente, o que é o conhecimento e como nós o alcançamos. Penna (2000) também vê a expressão teoria do conhecimento como sinônimo de epistemologia, assim com gnoseologia e metafísica do conhecimento. Fica claro, neste contexto, que conhecimento é uma palavra-chave quando se fala em epistemologia – e não se trata, nesse caso, de conhecimento como uma verdade definitiva, mas como um processo. Bachelard (1977: 29), por sua vez, afirma que o progresso do conhecimento ocorre a partir do racionalismo: "Se uma organização de pensamento não pode ser o relato de um progresso de pensamento, ela não é ainda uma organização racional. (...) O conhecimento de segunda aproximação prova, pois, que o conhecimento adquire valor."

Japiassu (1992: 37) ressalta que, embora a epistemologia tenha seus princípios na filosofia, seu objeto está na ciência, o que sugere interação entre esses dois campos de conhecimento. Apesar de a epistemologia estar extremamente relacionada à filosofia, tem "uma estrutura e um desenvolvimento específico enquanto ramo de saber" – tem autonomia, sem que isso signifique isolamento. Japiassu (1992) difere epistemologia da filosofia clássica do conhecimento, apontando que sua principal função é gerar reflexão sobre a prática científica. O objetivo é definir a origem e o valor das ciências, avaliando seus princípios e resultados – o que, no entanto, não pode ser confundido com alguma imposição ao pesquisador. É preciso compreender que existem diferentes formas de desenvolver a explicação científica, não havendo uma forma única e completa, podendo contemplar descrições, enfoques e generalizações diversas, embora sempre de modo sistemático. Nesse contexto, a interdisciplinaridade é outra característica que se manifesta, já que a epistemologia procura estudar a construção do conhecimento sob diversos prismas seja, por exemplo, sociológico, lógico ou lingüístico (JAPIASSU, 1992; CUPANI e PIETROCOLA, 2002).

Observamos que a crítica e a reflexão são elementos bastante significativos nas definições de epistemologia apresentadas por vários outros autores. Penna (2000), por exemplo, considera que epistemologia é a reflexão sobre a natureza do conhecimento e outros aspectos relacionados a ele, como origem, limites e obstáculos. Martins e Theóphilo (2007) asseveram que, em seu sentido bem amplo, a epistemologia pode ser considerada como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. Fica assim clara, a caracterização de epistemologia como um processo reflexivo, e não de um modelo a ser aplicado.

Outra característica presente na literatura sobre epistemologia é a de que ela traduz a relação entre o investigador e o objeto de estudo, conduzindo a escolha de uma metodologia. (DENZIN e LINCOLN, 1994). Intrínseco a esta explicação está o conceito de ontologia, que se refere à forma como o pesquisador compreende a realidade e a essência dos fenômenos em estudo. Ou seja, pressupõe-se que as opções ontológicas, epistemológicas e metodológicas do pesquisador serão influenciadas por suas crenças e percepções.

Esse breve levantamento teórico nos revela, em suma, que a escolha epistemológica constitui-se no pano de fundo para o desenvolvimento e análise dos estudos científicos, indicando caminhos para ampliar, aprofundar e racionalizar o saber (CUPANI e PIETROCOLA, 2002). A partir desse contexto, o presente artigo busca trazer um olhar mais detalhado sobre duas epistemologias, especificamente: o positivismo e a complexidade. Vejamos a seguir cada uma delas.

Positivismo

Podemos inferir que o positivismo é uma das epistemologias de pesquisa mais presentes no ambiente acadêmico da administração, especialmente quando a discussão se refere a estudos desenvolvidos a partir da metodologia quantitativa. Parece haver, de forma equivocada, a ideia de que essa epistemologia não contempla estudos qualitativos, cujo fundamento é mais exploratório e menos descritivo. O positivismo aparece, de certo modo, como parâmetro comparativo em relação às demais epistemologias, como se fosse estabelecida uma segmentação entre dois grandes grupos: o positivismo e o não-positivismo. Johnson e Duberley (2000) oferecem respaldo a esta análise ao afirmarem que o positivismo é a epistemologia mais presente nas teorias e pesquisas nas Ciências Sociais, sendo a orientação dominante nos estudos de administração e tendo se tornado um senso comum de como fazer pesquisa. Sua relevância, contudo, não deve ser confundida com ausência de críticas. Ao contrário, como atestam Johnson e Duberley (2000), a epistemologia positivista gera distanciamento em parcela considerável dos pesquisadores.

Mas o que caracteriza efetivamente o positivismo? Quais suas nuances conceituais? Em que aspectos é criticado? São essas questões que, notadamente, vamos procurar responder nessa seção do trabalho.

Devemos iniciar essa apresentação a partir da contextualização de sua origem e principais conceitos. O positivismo é uma corrente de pensamento difundida na segunda metade do século XIX a partir da teoria do filósofo francês Augusto Comte (por isso, chamada também de comtismo). Em linhas gerais, enxerga a realidade a partir do prisma das leis naturais, sendo o conhecimento gerado a partir da observação e controlado por mecanismos de causa e efeito. A partir deste paradigma, Comte estabelece uma separação entre filosofia e ciência, dando foco no cientificismo como forma de "guiar a vida humana, individual e associada" (VERGARA, 1990: 15), considerando que os fenômenos – tanto da natureza quanto os sociais – são regidos por leis invariáveis. A proposição positivista é a de

que o conhecimento científico ocorre a partir da correlação entre a razão e a observação, devendo estar limitado aos dados da experiência. Conforme explicam Guba e Lyncoln (1994: 196), a natureza do conhecimento, sob o paradigma positivista, relaciona-se à verificação de hipóteses "estabelecidas como fatos ou leis" e o acúmulo deste conhecimento acontece como numa metáfora em que cada novo tijolo vai se somando ao "edifício do conhecimento".

O positivismo construído por Comte ganhou novos contornos a partir do Círculo de Viena, constituído na década de 30 do século passado por filósofos e cientistas que se reuniam na Universidade de Viena. Eles originaram o positivismo lógico, que imprime às ciências sociais a racionalidade analítico-empírica, com um parâmetro determinístico e definido por leis, até então próprio das ciências naturais. De acordo com Johnson e Duberley (2000) e Vergara (1990), os positivistas lógicos se opunham ao idealismo e a questões metafísicas e abstratas, cujos enunciados não são empiricamente verificáveis. Preconizavam uma redefinição da filosofia, que passava então a ser vista de forma mais limitada como um instrumento de linguagem da ciência. "A filosofia como que desaparece, porque todo saber se resume ao saber científico", argumenta Vergara (1990: 15).

Sob a visão do positivismo lógico, a única forma possível de conhecimento vem da observação empírica, com a defesa de que há neutralidade do observador que, nesse contexto, atua como elemento externo ao ambiente social e natural. Assim, essa corrente epistemológica preconiza que toda teoria deve ser capaz de ser testada empiricamente. Os modelos da ciência natural, especialmente da física, passam a ser adotados também pelas ciências sociais, estabelecendo-se um parâmetro do que, efetivamente, é ciência e quais devem ser seus métodos de pesquisa.

Também é fundamental no positivismo a tentativa de explicar e prever o que acontece no mundo social, buscando regularidades e relacionamentos causais entre seus elementos constituintes (BURRELL e MORGAN, 1979), o que lhe dá um caráter determinístico. Neste contexto, é marcante a ideia de que os estudos científicos devem oferecer um conhecimento instrumental, que possa prever e controlar os fenômenos sociais e naturais (JOHNSON e DUBERLEY, 2000).

Pode-se argumentar que este conhecimento instrumental fundamentado no positivismo contribuiu para o progresso científico que tornou mais fácil e confortável a vida das pessoas. Por outro lado, vários autores reclamam que o positivismo não se preocupa com a discussão sobre o papel crítico das ciências. Por exemplo, Vergara (1990: 15) explica que "na visão positivista não há lugar para uma reflexão crítica sobre o emprego da produção científica em benefício da humanidade, nem para uma ação política fundamentada por essa reflexão", Talvez essa seja uma das razões para Johnson e Duberley (2000) terem encontrado poucas vezes a expressão "positivista" em buscas em *journals* sobre organizações e, ainda assim, quando localizavam, a palavra aparecia em contexto desfavorável. Mas, como esses próprios autores apontam, o fato de não se considerarem positivistas, não significa que os pesquisadores não adotem os parâmetros dessa epistemologia.

A Tabela 1 resume as características da epistemologia positivista consideradas mais relevantes para este estudo, como seu princípio determinístico e a posição de neutralidade do pesquisador, que separa sujeito, objeto e ambiente.

Teoria da Complexidade

Entre as epistemologias que representam uma abordagem não positivista, como já mencionado, está a complexidade. Para entender esta teoria é preciso se referir inicialmente ao contexto científico do século XIX e ao que Morin (2007: 54) chama de "virada

pragmática" da ciência ocidental. Na visão do autor, a ciência clássica tentava definir o mundo como uma máquina determinística perfeita, rejeitando aspectos de caráter mais subjetivo, como a imaginação e a criação. Colocava, de um lado, o campo do sujeito (que incluía, por exemplo, a filosofia e a meditação) e, de outro, o campo do objeto (que abarcava, entre outros elementos, o âmbito científico, a mensuração e a precisão). A ciência, alega Morin (2007), tornou-se incapaz de controlar seu papel social e de integrar, articular e refletir sobre seus próprios conhecimentos.

O autor apresenta a *scienza nuova*, cuja construção busca a geração de mudança no conceito de ciência, sem que isso signifique, entretanto, uma negação irrestrita ao modelo clássico. Ao contrário, a *scienza nuova* procura, por meio de uma visão mais abrangente, integrar termos antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares, saindo do modelo unidimensional de "ou isso ou aquilo" para a multidimensionalidade do conhecimento, podendo, portanto, considerar, ao mesmo tempo, "nem isso nem aquilo" ou "isso e aquilo" (MORIN, 2007: 53-54). A proposta é a de que as unidades passem a se relacionar, sem que isso signifique perda de identidade de cada elemento isoladamente. No campo da ciência, especificamente, física, biologia e antropologia, por exemplo, passam a dialogar sem deixarem de ter, cada uma delas, suas características, modelos e conceitos próprios.

A partir do paradigma da complexidade, Morin (2007) evidencia duas lacunas na epistemologia da ciência clássica. A primeira delas, a brecha microfísica, que repele a interdependência entre o sujeito e o objeto, a presença do acaso no processo de conhecimento, a desreificação da matéria e a presença de contradição na lógica. A segunda, a brecha macrofísica, que desconsidera a possibilidade de unir os conceitos até então heterogêneos de espaço e de tempo.

É importante mencionar a visão distinta que a teoria da complexidade nos traz sobre a relação entre sujeito e objeto, em especial quando comparamos ao proposto pela epistemologia positivista. Sob o prisma positivista, o objeto existe independentemente do sujeito, que tende a ser eliminado do processo. Sujeito e objeto não interagem. Ao contrário, um anula o outro. "O sujeito é o 'ruído', a perturbação, a deformação, o erro que se deve eliminar a fim de atingir o conhecimento objetivo, ou o espelho, o simples reflexo do universo objetivo", afirma Morin (2007: 43). Diferentemente, no contexto da complexidade, sujeito e objeto são indissociáveis (MARIOTTI, 2007), o que não quer dizer, no entanto, que haja harmonia. Cada um é profundamente perturbado pelo outro, cada uma abre uma brecha no outro (MORIN, 2007).

Outra característica relevante da complexidade reside no fato de que ela não pode ser vista meramente em contraposição ou em substituição à simplicidade. A questão que se discute é a de que a complexidade aparece quando a visão simplificadora, relacionada a aspectos como clareza e ordem, tende a construir cenários esvaziados. Ao contrário do parâmetro simplificador, próprio do positivismo, a complexidade contempla a possibilidade do acaso, das incertezas, da falta de exatidão, da não-conclusão – o que leva à ideia de um conceito mais próximo da diversidade e das ambiguidades da vida humana. Isso não significa, contudo, que complexidade seja o mesmo que confusão, mas sim que está relacionada à "dificuldade de pensar, uma vez que o pensamento é um combate com ele próprio, com e contra a lógica, com e contra as palavras, com e contra os conceitos" (SERVA, DIAS, ALPERSTEDT, 2010: 284)

No pensamento complexo as fronteiras entre os conceitos são fluidas. Essa visão remete, de certa forma, à metáfora da liquidez abordada por Bauman (2005). Para ele, a modernidade, antes fundamentada em convicções duradouras, deixou de ser "sólida". Sua configuração agora "líquida" – e, portanto, leve, que flui e se esvai, permite uma crescente flexibilização das instituições e das formas. Nesse cenário, Bauman (2005: 9) argumenta que os modelos de interação entre os indivíduos são mutáveis, se alteram com o passar do tempo e

"qualquer tentativa de aplacar a inconstância e a precariedade dos planos que homens e mulheres fazem para suas vidas (...) seria tão fútil quanto tentar esvaziar o oceano com um balde". Por analogia, podemos comparar a solidez mencionada por Bauman a um paradigma simplificador clássico como descrito por Morin. A liquidez poderia ser vista, em parte, como a "máquina viva" de Morin (2007), que se reconstrói e se renova.

Nos termos de Mariotti (2007), a complexidade integra as partes e o todo, num efeito hologramático. Por um lado, o todo é maior que a soma das partes, pois a interação entre as partes potencializa seu efeito. Por outro lado, o todo é, ao mesmo tempo, inferior à soma das partes, pois estas se diluem ao serem unidas. Assim, o pensamento complexo permite que a unidade seja percebida isoladamente, mas também como parte do todo. E que o todo seja visto em contexto amplo, mas também pelas unidades que o formam. Isso nos leva a concluir que a complexidade gera visão ao mesmo tempo focada e ampla, sem que isso signifique conflito. Embora não traga um conhecimento completo e acabado, pressupõe que o fenômeno seja enxergado em suas várias dimensões, sem as reduções intrínsecas à dicotomia entre a parte e o todo. Assim, evita as reduções e preserva o contexto – o que, ao menos conceitualmente, parece levar a uma análise mais profunda e consistente do que está sendo estudado. Na visão de Morin (2000: 176), a complexidade busca *“prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e tipos de conhecimento.”*

Na discussão sobre o pensamento complexo, Morin (2007) argumenta que mais importante do que definir suas leis é trazer reflexão sobre o equívoco do pensamento mutilador, que não enxerga a complexidade do real e tende a ser traduzido por teorias que se fecham nelas mesmas. Dá-se, então, a patologia da razão, uma racionalização que oculta o real num sistema de ideias que, embora coerente, é parcial e não considera que a razão deve dialogar com o irracionalizável (MORIN, 2007).

A Tabela 1 resume as características da epistemologia da complexidade que vemos como mais relevantes para este estudo, como seu princípio humanístico, de consideração de incertezas e sua posição de indissociação entre sujeito, objeto e ambiente.

EPISTEMOLOGIA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A relação entre epistemologia e estudos organizacionais é estabelecida de duas formas. Em primeiro lugar, a partir dos conceitos de racionalidade de Max Weber, identificamos o tipo de racionalidade intrínseca a cada epistemologia em questão. Então, por meio da polarização entre os paradigmas de "ciência normal" e "ciência contranormal" conforme Marsden e Townley (2001), identificamos uma triangulação entre racionalidade, epistemologia e estudos organizacionais. Em segundo lugar, apontamos compatibilidades diretas entre características das epistemologias, como a predominância ou não de determinismo e a relação entre sujeito, objeto e ambiente, com as características das teorias e práticas organizacionais.

Racionalidade

De acordo com Serva (1997), o entendimento da razão que determina as ações dos indivíduos nas organizações é foco de interesse de diversos pesquisadores. Na busca por essa compreensão, é necessário nos debruçarmos, antes de tudo, sobre conceito de racionalidade, que pode estar fundamentado no cálculo e na lógica ou, em contraste, na realidade do conhecimento humano.

O exame da literatura sobre racionalidade nos leva a Guerreiro Ramos (1983), que oferece uma visão ampla sobre razão, defendendo tratar-se de um elemento diferenciador do ser humano em comparação a outros animais, caracterizando-se como atos racionais inteligentes e que se baseiam em um conhecimento lúcido. "Pelo exercício da razão, e vivendo de acordo com os imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma em ator político", argumenta Guerreiro Ramos (1991: 28). Tudo o que pode interferir na percepção e entendimento inteligente da realidade, como a emoção e os impulsos, é eliminado desse contexto.

Especificamente sob o ponto de vista sociológico, Max Weber descreve quatro tipos de ação social que deram origem ao conceito racionalidade. São eles: a racionalidade relacionada a fins, que é sistemática e calculada; a relacionada a valores, determinada por uma conduta de fé ou crença em valor ético, não tendo foco nos resultados; a racionalidade afetiva, que se refere a emoções ou sentimentos; e a tradicional, que aponta para os costumes (GUERREIRO RAMOS, 1983).

A partir da teoria weberiana, Karl Mannheim desenvolve duas correntes distintas: a racionalidade instrumental, ou funcional, e a racionalidade substantiva, cujas definições nos esclarecem Guerreiro Ramos (1983 e 1991) e Carbone (1991). A primeira busca atingir um objetivo pautada pelo cálculo utilitário das conseqüências dos atos. Neste caso, "não se aprecia propriamente a qualidade intrínseca das ações, mas o seu maior ou menor concurso, numa série de outros, para atingir um fim preestabelecido, independente do conteúdo que possam ter as ações" (CARBONE, 1991: 88). Sob esse prisma instrumental, o cientista social não deve emitir julgamentos de valor, que estão associados à subjetividade. Já a racionalidade substantiva, diferentemente, sugere uma ação mais altruísta e é o fundamento de uma vida ética e responsável. Também pode ser denominada racionalidade de valor, sendo definida por Guerreiro Ramos (1991) como uma força ativa na mente humana.

É claro, portanto, que a racionalidade instrumental e a substantiva, por enxergarem o mundo sob prismas distintos, levam a buscas por conhecimento para objetivos diferentes, de formas diferentes. Então, cada uma destas racionalidades está subjacente a uma diferente epistemologia, conforme mostra a Tabela 1. A correlação entre racionalidade e epistemologia se manifesta nos estudos organizacionais, como será abordado na próxima seção desse ensaio.

Epistemologia e racionalidade nos estudos organizacionais

A triangulação entre epistemologia, estudos organizacionais e racionalidade pode ser identificada em Marsden e Townley (2001), que estabelecem uma polarização entre os paradigmas de "ciência normal" e "ciência contranormal". Nos termos de Kuhn (1998), a ciência normal tem caráter positivista, cujo foco é, invariavelmente, a eficiência. Já a ciência contranormal, que é fenomenológica, tem um olhar mais valorativo e busca resgatar características humanas que fogem aos cálculos, como a afetividade.

A ciência normal tem sua origem nos conceitos apresentados por Max Weber, que prioriza o cálculo e distancia-se de questões de valor ou relacionadas ao ambiente e às emoções. Pensa a organização como máquina burocrática, que deve atender de forma eficiente ao modelo capitalista por meio da criação de um excedente de produção que é gerado pela organização do trabalho.

Em uma análise histórica, Marsden e Townley (2001) apontam que nas décadas de 50 e 60 do século passado, o positivismo dominava amplamente a ciência, prevalecendo a ideia de que o conhecimento científico deveria ser utilitário – o que não quer dizer, necessariamente, que a informação gerada tivesse utilidade prática. As pesquisas, no âmbito

das organizações eram, então, pautadas por essa epistemologia, em um modelo de ciência aplicada que buscava atender aos gestores.

A abordagem do grupo de Aston deixava evidente o modelo de ciência normal ao priorizar os cálculos e a geração de hipóteses, transformando conceitos teóricos em variáveis estatísticas que pudessem ser verificadas empiricamente. Sob este prisma, até mesmo o indivíduo tende a ser reduzido a uma variável, como se fosse apenas uma peça da máquina organizacional, tendo sido destituído de seu papel social. Ao assumir esse contorno positivista, a ciência da administração gera unidade, mas exclui os pesquisadores que não aceitam se submeter a tal ortodoxia científica. (SERVA, DIAS E ALPERSTEDT, 2010).

No entanto, ao longo da década de 1970 e dos anos seguintes, desenvolveu-se uma crítica à ciência normal positivista. Cresceu a preocupação, nos estudos organizacionais, com aspectos relacionados ao fator humano. Assim, como fundamento da ciência contranormal, Marsden e Townley (2001: 43) descrevem:

"As organizações devem ser explicadas pelo conhecimento das intenções que fazem as pessoas agirem, e isso requer um conjunto de técnicas completamente diferentes das utilizadas pelos pesquisadores organizacionais positivistas."

Especificamente no que se refere ao aspecto epistemológico, o conceito de ciência contranormal é compatível com várias epistemologias contrárias ao positivismo. Por exemplo, Reed (1998), em oposição ao termo "ciência normal", apresenta uma "ciência revolucionária" que muito se aproxima da epistemologia da complexidade. O autor explica que esta ciência revolucionária considera incertezas sobre a natureza e o mérito dos estudos organizacionais. Dessa forma, ele se alinha à ideia de Morin (2007), que explica a teoria da complexidade, entre outros aspectos, pela presença do acaso e da dúvida, muitas vezes provenientes das atitudes dos indivíduos.

Embora reconheça as contribuições da visão clássica, Morin (2007) aponta para a necessidade de integrar aspectos até então desprezados pela ciência. O autor considera, por exemplo, elementos como as informações polidimensionais, o meio ambiente, além da inventividade e a criatividade dos indivíduos, fatores que se tornaram presentes no contexto da administração contemporânea, seja com ações reais, ou apenas com o (aparente) reconhecimento de sua importância.

A partir deste ponto pode-se observar uma assimetria entre as racionalidades presentes nas epistemologias positivista e da complexidade, que se traduzem em olhares distintos sobre fenômenos organizacionais. A ciência normal, com parâmetros positivistas, acreditava que a realidade poderia ser determinada por ideias claras e distintas. Este tipo de ciência buscava a racionalização, entre outras formas, por meio de resultados quantificáveis e da rejeição ao acaso, às contradições e ao erro. O conhecimento era visto de forma instrumental e a interpretação dos fenômenos rejeitada como método de pesquisa (SCHWANDT, 1994). Já a ciência contranormal, que se aproxima da epistemologia da complexidade, coloca o indivíduo em posição mais central, com espaço para sua criatividade e suas questões valorativas. Estas características a coadunam, de certo modo, à racionalidade substantiva.

As teorias de estudos organizacionais e suas epistemologias subjacentes

Várias são as teorias que procuram explicar o desempenho e a estrutura das organizações, dentre outros aspectos relevantes em estudos organizacionais. Entre estas

teorias, duas são particularmente tratadas neste estudo. A Teoria dos Custos das Transações (TCT) foi selecionada pela sua proximidade com a epistemologia positivista. A Teoria da Imersão de Redes (TIR), selecionada pela sua proximidade com a epistemologia da complexidade. Estas teorias serão descritas principalmente em função de dois aspectos: a natureza das organizações, pois reflete a relação entre sujeito, objeto e ambiente, característica de cada epistemologia; e o critério para determinação do desempenho da organização, pois o consideramos muito relacionado ao conceito de racionalidade.

A Teoria dos Custos das Transações (TCT). A Teoria dos Custos das Transações (TCT) apresenta uma perspectiva econômica das organizações. Segundo esta teoria, a organização funciona pela lógica de maximização dos lucros e minimização de custos – que aqui não se resumem àqueles relacionados à produção, mas também aos que agentes enfrentam para adquirir equipamentos, insumos ou serviços – denominados "custo de transação" (WILLIAMSON, 1995).

O desempenho da organização depende de sua eficiência técnica, conseguida por meio da determinação da estrutura organizacional ideal para esta organização em particular. Esta estrutura, por sua vez, é a que reduz os custos das transações realizadas pela organização. Estas transações podem ser executadas no mercado, sendo reguladas pelos mecanismos de preço, ou podem ser executadas no interior das organizações, onde os mecanismos de preços são substituídos pela autoridade hierárquica (HART, 1995). Por meio de um cálculo racional, utilitarista, de análise de custo/benefício e maximização de lucros, as organizações definem se é melhor executar as transações externamente, por meio do mercado, ou internamente, por meio da hierarquia. Os indivíduos são atomizados, tomam suas decisões sem estarem sujeitos a influências do contexto social (WILLIAMSON, 1995). Percebe-se uma natureza reificada das organizações, vistas como máquinas, “coisas duras”, regidas por processos formais.

Consideramos que a TCT está fundamentada na epistemologia positivista, por três principais razões. Primeiramente, ficam claros seus princípios determinístico e utilitarista, típicos do positivismo. De acordo com esta teoria, existe uma lei, um método ideal de cálculo, que determina o custo mais baixo para as transações, inclusive transações realizadas entre indivíduos. Além disso, este custo mais baixo das transações determina a estrutura da organização. Finalmente, o método de cálculo tem a utilidade de garantir a eficiência técnica da organização e a conseqüente maximização dos lucros.

Em segundo lugar, são evidentes a separação entre os indivíduos e o meio em que atuam, a posição neutra de observador em relação ao seu objeto, também características marcantes no positivismo. Somente um pesquisador com estas crenças pode supor que uma organização seja regida por indivíduos que tomam suas decisões de maneira puramente econômica e racional, alheios ao contexto social em que a organização está inserida.

Em terceiro lugar, os cálculos de custos das transações de forma a maximizar a eficiência da organização evidenciam a racionalidade instrumental das decisões, compatível com a epistemologia positivista, conforme argumentamos anteriormente neste artigo. Além disso, a unidimensionalidade de análise para decisões, no caso a dimensão econômica, é característica do positivismo. Estes três posicionamentos da Teoria dos Custos das Transações são mostrados na Tabela 1.

A Teoria da Imersão de Redes (TIR). A Teoria da Imersão de Redes (TIR) acrescenta uma abordagem sociológica à perspectiva econômica das organizações. Como na Teoria dos Custos da Transação, o desempenho da organização depende da eficiência técnica, que é conseguida por meio da escolha da estrutura organizacional ideal, mercado ou hierarquia. No entanto, esta escolha não se dá pelos processos formais de redução dos custos da transação, mas sim por processos informais, pela opção em que são mais fortes as relações sociais, redes nas quais os indivíduos estão imersos. Existe uma preferência por realizar transações com indivíduos cuja reputação é conhecida por meio das relações sociais, o que evita o

oportunismo e a má-fé dos atores envolvidos nos negócios. A natureza da organização é, portanto, uma construção social, sendo elemento central a esta teoria o estudo das interações entre os indivíduos, e entre estes e a sociedade (GRANOVETTER, 2009).

A Teoria da Imersão de Redes pode ser avaliada sob o prisma de várias epistemologias, mas observamos duas principais características que a aproximam da teoria da complexidade. Em primeiro lugar, em oposição a um modelo determinístico baseado em cálculos, a TIR assegura papel central às interações entre indivíduos, o que evidencia seu princípio humanístico. As atitudes dos indivíduos escapam a cálculos e trazem incertezas. Essa é uma característica que remete à complexidade, que considera as organizações como "máquinas vivas", que evoluem por intermédio de um movimento constante de ordem-desordem-ordem.

Em segundo lugar, é evidente a indissociabilidade entre os indivíduos e o meio em que atuam, característica marcante da complexidade. Somente um pesquisador que acredita na união indissociável entre o todo e as partes que o compõem poderá elaborar uma teoria que explique as organizações a partir da imersão dos indivíduos em relações sociais. A complexidade enxerga o sujeito e objeto como intrinsecamente relacionados, assumindo um caráter de complementaridade. Se considerados isoladamente, cada um desses elementos é insuficiente e incompleto. A relação entre o indivíduo e a organização pode ser interpretada de forma análoga, ou seja, a organização constitui o indivíduo e o indivíduo constitui a organização.

Em terceiro lugar, a relevância dada a aspectos sociais pela Teoria da Imersão de Redes evidencia a presença da racionalidade substantiva nas decisões, compatível com a epistemologia da complexidade, conforme argumentamos anteriormente neste artigo. Além disso, a adição de uma dimensão sociológica à dimensão econômica também é típica do pensamento complexo. Estes três posicionamentos da TIR são mostrados na Tabela 1.

As práticas organizacionais e suas epistemologias subjacentes

Podemos considerar que o pensamento organizacional contemporâneo, utilizando-se a ótica que nos é apresentada por Guerreiro Ramos (1981), está pautado em uma racionalidade instrumental, voltada ao cálculo utilitário das conseqüências, o que se coaduna ao perfil de uma sociedade centrada no mercado. Em uma lógica positivista, prevalecem questões como as metas definidas a partir de métricas quantitativas.

Nesse contexto, como descrito por Max Pagès na construção da teoria de poder por meio de dominação psicológica, o sujeito tem pouco espaço para exercer sua individualidade e suas relações sociais de forma legítima, entre outras limitações. Parece petrificado dentro de um sistema de mercado que privilegia a eficiência e o desempenho, em troca de salários e benefícios que levam (ou podem levar) ao bem estar material (CARVALHO e VIEIRA, 2007). Sem exercer sua individualidade e participar das relações sociais, o indivíduo tem poucas condições de exercitar sua racionalidade substantiva.

Tanto o estabelecimento de metas por parte das organizações, quanto o trabalho em troca de salários por parte dos funcionários são ações práticas orientadas unicamente a resultados financeiros, unidimensionalidade característica do positivismo. Além disso, estas ações baseadas na racionalidade instrumental e limitantes da individualidade das pessoas são típicas da ciência normal, compatível com a epistemologia positivista. Este posicionamento é mostrado na Tabela 1.

Entretanto, a predominância de uma lógica positivista e de racionalidade instrumental não significa que o mercado não possa reconhecer e adotar caminhos substantivos. É notório o crescimento, no ambiente das organizações, de discussões e ações relacionadas a temas como

ética e responsabilidade sócio-ambiental. Maak e Pless (2009) apontam que os líderes contemporâneos devem contribuir para o desenvolvimento do mundo, incentivando que valores humanos sejam compartilhados. Pirson e Lawrence (2010: 563) reforçam essa proposição: "Embora haja muitos obstáculos, parece haver tendências dentro e fora do mundo dos negócios que apóiam o desenvolvimento do humanismo. Então, podemos argumentar que uma visão humanística da economia está ganhando força."

O caráter humanístico e substantivo destas ações práticas as aproxima da epistemologia da complexidade. Além disso, a adição de ações sócio-ambientais às metas financeiras acrescenta uma nova dimensão aos objetivos das organizações. Esta multidimensionalidade é típica do pensamento complexo. Este posicionamento é denotado na Tabela 1.

Cabe indagar, no entanto, se essas questões valorativas estão efetivamente fundamentadas em objetivos substantivos ou se têm, de forma indireta, suporte preponderante da racionalidade instrumental. Por exemplo, quando Pirson e Lawrence (2010) falam em visão humanística da economia como um caminho para sair da crise econômica, isto nos remete, de certa forma, a objetivos definidos de forma positivista, como o alcance de resultados quantificáveis. Dentro dessa discussão, Thiry-Cherques (2003) comenta que ações de responsabilidade social são uma exigência do mercado e podem estar relacionadas à proteção interesseira da imagem da empresa. Vergara (2010) reforça esse debate sobre a genuinidade das atitudes humanísticas, de responsabilidade social corporativa, nos fazendo pensar se as organizações efetivamente vêm incorporando uma racionalidade substantiva ou se, de modo instrumental, apenas reconheceram a importância de "parecer ser" assim.

Depreendemos, no entanto, que, apesar do desenvolvimento de teorias administrativas não positivistas e de certo distanciamento que alguns pesquisadores parecem ter atualmente em relação à adoção desta epistemologia, o positivismo é *mainstream* no contexto das organizações, seja em termos teóricos ou práticos.

A partir desse contexto teórico, desenvolvemos na Tabela 1, um esquema comparativo entre as epistemologias positivista e da complexidade, em seus aspectos mais relevantes para estudos organizacionais.

Tabela 1:

Diferenças entre as epistemologias positivista e da complexidade especificamente no que se refere à racionalidade e a questões ligadas à organização

	Epistemologia	
	Positivismo	Complexidade
Princípio	Determinismo	Incerteza, Humanismo
Relação sujeito/objeto/ambiente	Separação	Indissociação
Racionalidade	Instrumental	Substantiva
Enquadramento atual como ciência	Ciência Normal	Ciência Contranormal
Exemplo de teoria organizacional	Teoria dos Custos das Transações	Teoria de Imersão de Redes
Exemplo de prática organizacional	Ações orientadas a resultados financeiros	Ações de responsabilidade sócio-ambiental

Nota. Fonte: os próprios autores

CONCLUSÃO

As teorias de estudos organizacionais explicam o funcionamento das organizações de formas diversas, muitas vezes refletindo a visão dos pesquisadores sobre a natureza das organizações e demais características do posicionamento epistemológico destes pesquisadores. Considerando esta importância da epistemologia para a pesquisa em administração, foi realizado um estudo bibliográfico procurando relacionar as epistemologias positivista e da complexidade, com duas das principais teorias de estudos organizacionais: a Teoria dos Custos de Transação (TCT) e a Teoria de Imersão de Redes (TIR).

Segundo a TCT a estrutura ideal é a que reduz os custos das transações realizadas pela organização. Estas transações podem ser executadas no mercado, sendo reguladas pelos mecanismos de preço, ou podem ser executadas no interior das organizações, onde os mecanismos de preços são substituídos pela autoridade hierárquica. Por meio de um cálculo racional, utilitarista, de análise de custo/benefício e maximização de lucros, as organizações definem se é melhor executar as transações externamente, por meio do mercado, ou internamente, por meio da hierarquia.

Já a TIR acrescenta uma abordagem sociológica à perspectiva econômica das organizações. A escolha da estrutura organizacional ideal, não se dá unicamente pelos processos formais de redução dos custos da transação, mas sim por processos informais, pela opção em que são mais fortes as relações sociais, que impedem o oportunismo dos agentes envolvidos.

O estudo conclui que a epistemologia positivista serve de base para a TCT pelo seu princípio determinista, sua separação entre os indivíduos e o meio que os cerca, sua racionalidade instrumental e sua unidimensionalidade nas decisões e ações práticas, sempre orientadas unicamente a resultados financeiros. O estudo conclui também que a epistemologia da complexidade serve de base para a TIR pelo seu princípio humanista que considera incertezas, seu alinhamento entre os indivíduos e o meio que os cerca, sua racionalidade

substantiva e sua multidimensionalidade nas decisões e ações práticas, que adicionam aspectos sócio-ambientais à dimensão econômica.

Interessante notar que, embora seja *mainstream*, o positivismo parecia, até o início deste século, gerar distanciamento entre grande parcela dos pesquisadores, sendo pouco citado nos *journals* sobre organizações. Um estudo futuro pode investigar se essa "negação" ao positivismo permanece na recente produção acadêmica sobre administração e, caso tal suposição seja confirmada, levantar as razões para que isso ocorra. Notadamente no que concerne à teoria da complexidade, esta tem intrínseca uma racionalidade substantiva e traz para o contexto dos estudos das organizações elementos como incerteza, acaso e o processo de ordem e desordem, que nos parecem questões pertinentes às organizações contemporâneas em geral. Perguntamo-nos, no entanto, se essa ação substantiva adotada na administração está efetivamente permeada por conceitos de valor ou se, de forma contraditória, é adotada para garantir boa imagem às organizações e indiretamente atender aos fins instrumentais de uma sociedade centrada no mercado.

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. As questões do epistemólogo. As regiões da epistemologia. A noção de objetividade. A noção de problemática. In: **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979

CABONE, P. P. Fenômenos ligados ao autoritarismo organizacional: a visão crítica de Guerreiro Ramos sobre a organização autocrítica. **Revista de Administração Pública**, n.3, p.85-100, jul./ set.1991

CARVALHO, C.; VIEIRA, M. **O poder nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2007

CUPANI, Alberto; PIETROCOLA, Maurício. A explicação científica. A epistemologia e o ensino das ciências. In: **A relevância da epistemologia de Mario Bunge para o ensino das ciências**, 2002

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994

FACHIN, Roberto; RODRIGUES, Suzana Braga. Nota técnica: teorizando sobre as organizações – vaidades ou pontos de vista? In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter. **Handbook de estudos organizacionais**. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1999

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga (org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: Edufscar, 2009

GRIX, Jonathan. Introducing Students to the Generic Terminology of Social Research. **Politics**, 2002, v. 22, n.3, p. 175-186

GRAYLING, A C. **Epistemology**. Bunnin and others (editors); The Blackwell Companion to Philosophy. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

GUBA, E. G., LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1983

_____. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. São Paulo: FGV, 1981

HART, O. An economist's perspective on the Theory of the Firm. In: WILLIAMSON, O. (Ed.) **Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond**. Oxford: Oxford University Press, 1995

JAPIASSU, H. Alguns instrumentos conceituais. In: **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992

_____. O que é epistemologia? In: **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992

JOHNSON, Phil e DUBERLEY, Joanne. Positivist Epistemology: the search of foundations? In: **Understanding Management Research: an introduction to epistemology**. London: Sage, 2000

_____. Positivism: the management mainstream? In: **Understanding Management Research: Understanding Management Research: an introduction to epistemology**. London: Sage, 2000

KUHN, Thomas S. **Estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998

MAAK, T.; PLESS, N. Business leaders as citizens of the world. Advancing humanism on a global scale. **Journal of Business Ethics**, n.88, p.537-550, 2009

MARIOTTI, Humberto. **Pensamento complexo**: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007

MARSDEN, R; TOWLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva – reflexos sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais**. Volume 2. São Paulo: Atlas, 1999

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007

PENNA, A. G. **Introdução à epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2000

PIRSON, M.; LAWRENCE, P. Humanism in business – Towards a paradigm shift? **Journal of Business Ethics**, n.93, p-553-565, 2010

RANSON, S.; HINNINGS, B; GREENWOOD, R. The structuring of organizational structures. **Administrative Science Quarterly**, v. 25, n.1, p.1-17, 1980

REED, M. Teorização organizacional: Um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter. **Handbook de estudos organizacionais**. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1999

SCHWANDT, T. A. Three epistemological stances for qualitative inquiry. In: DENZIN, N. e LINCOLN, Y. (eds) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v.37, n.2, abr./jun. 1997, p. 18-30

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: Uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.3, jul./set. 2010, p.276-287

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Responsabilidade moral e identidade empresarial. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 7, 2003

VERGARA, Sylvia Constant. **Teoria Prática Educacional: da técnica à ética**. In: PUC-Ciência. Rio de Janeiro, 1990.

_____. Entre ser e parecer ser. **Revista GV Executivo**, v.9, n.11, p. 74, jan./jul 2010

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel Pinto. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 46, n.1, p.59-70, 2006

WILLIAMSON, O. Transaction costs economics and organizational theory. In: WILLIAMSON, O. (Ed.) **Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond**. Oxford: Oxford University Press, 1995